



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG) Ata da 61ª reunião, realizada em 18 de maio de 2018

1 Em 18 de maio de 2018, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes
6 Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Representantes dos
7 usuários de recursos hídricos. Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência
8 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
9 do Estado de Minas Gerais (Arsae); Dênio Drummond Procópio e Rander
10 Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Guilherme
11 da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
12 Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do
13 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho e Maria
14 Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de
15 Energia Limpa (Abragel); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço
16 Brasil (IABr). Representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos
17 recursos hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para a Gestão
18 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); João Clímaco Soares de
19 Mendonça Filho, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de
20 Bacias Hidrográficas (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho
21 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Carlos
22 Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas);
23 Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da
24 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta.** 1)
25 **ABERTURA.** A presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou aberta a
26 61ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. 2)
27 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. 3)
28 **EXAME DAS ATAS DA 59ª e 60ª REUNIÕES DA CTIG.** Aprovadas por
29 unanimidade as atas da 59ª e 60ª reuniões da Câmara Técnica de
30 Instrumentos de Gestão, realizadas em 16 de março e 20 de abril de 2018,
31 respectivamente. **APRESENTAÇÕES.** 4) **ADEQUAÇÃO DAS**
32 **DELIBERAÇÕES NORMATIVAS CERH NO QUE DIZ RESPEITO À**
33 **OUTORGA PARA EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS À LUZ DAS**
34 **ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES OCORRIDAS EM ÂMBITO FEDERAL PARA AS**
35 **CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS (CGHS) COM POTÊNCIA**
36 **INSTALADA DE 1 A 5 MW.** Apresentação: Associação Brasileira de

37 **Geração de Energia Limpa (Abragel).** Maria Aparecida Borges Pimentel
38 Vargas, da Abragel, fez apresentação à Câmara sobre adequação das
39 deliberações normativas CERH no que diz respeito à outorga para
40 empreendimentos hidrelétricos à luz das últimas atualizações ocorridas em
41 âmbito federal para as centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) com potência
42 instalada de 1 a 5 mw. Em sua exposição, a Abragel apresentou proposta
43 para que sejam revistas as Deliberações Normativas CERH nº 7, de
44 4/11/2002, e nº 28, de 8/7/2009, “obedecendo a disciplina da legislação
45 setorial específica, incluindo conceitos e terminologias em relação ao
46 potencial de geração, de forma a ficar de melhor entendimento, em especial e
47 principalmente, para o usuário a ser outorgado. Destacando que nessas
48 deliberações os parâmetros vigentes ainda fixam em 1 MW, quando na
49 legislação atual já estamos em 5 MW, para definir a linha de corte na
50 definição de CGHs e PCHs.” **Debates.** Conselheiro Antônio Giacomini
51 Ribeiro: “Lógico que é desejável e necessário que não haja conflitos legais,
52 para que o empreendedor e a sociedade como um todo tenha segurança
53 jurídica para fazer o empreendimento, o investimento. Nesse ponto, nós
54 somos totalmente favoráveis que a própria CTIG apoie e leve essa discussão
55 aonde for necessário. Mas a oportunidade é muito boa também. No caso, a
56 CGH não tem um reservatório significativo a ponto de promover uma grande
57 alteração no curso d’água, mas o que nos preocupa é a questão do trecho de
58 vazão reduzida, porque nós não temos uma normativa também muito bem-
59 definida para as vazões mínimas no TVR. E eu acredito que o que está sendo
60 usado em passar uma linha rasa adotando 50% da Q-7,10, por exemplo, o
61 que está sendo normalmente utilizado, é um tanto quanto temerário, porque
62 eu entendo que cada caso seja um caso. A vazão reduzida é uma vazão
63 ecológica, e, para determinar a vazão ecológica em leitos diferenciados, por
64 exemplo, um leito rochoso, um leito mais arenoso, com lama, argiloso, e vão
65 ter condições de vida aquática diferenciadas, que vão precisar de maior ou
66 menor vazão. Às vezes, esses trechos podem chegar até 2 km porque,
67 quanto mais distante, maior a potencialização que vai ter, maior a queda, e
68 isso não está normatizado. Seria interessante a própria CTIG já começar essa
69 discussão para definir quais seriam os estudos necessários para determinar
70 essa vazão reduzida, para que não haja prejuízo à vida aquática. Obviamente
71 que é uma questão de outorga, mas também é uma questão ambiental, que
72 deve ser tratada em conjunto com o Conselho Estadual e com o COPAM.
73 Essa qualificação dos estudos necessários para se ter alguns parâmetros
74 para dizer ‘olha, a vazão reduzida, nesse caso, é tanto’. Essa é uma
75 discussão que deve prosperar, no meu entendimento. Outro assunto é
76 também a questão do pagamento pelo uso dos recursos hídricos pelas CGHs
77 para os Comitês. É outra discussão que permeia os Comitês. Então, é
78 necessário, no meu ponto de vista, que isso seja levado em conta.
79 Obviamente que a Abragel tem o seu posicionamento e todos aqui têm dentro

80 da defesa de seus interesses, mas estamos aqui para chegar a acordos. Mas
81 esse é um problema também que eu acho que deve ser levado em frente.”
82 Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Eu acho que você está
83 coberto de razão. Em 2010, no segundo seminário do setor elétrico, em Minas
84 Gerais, nós tiramos uma proposta sobre essa questão de trecho de vazão
85 reduzida e isso já vinha sendo discutido no âmbito do Conselho Nacional. Em
86 2011, nós conseguimos aprovar uma resolução no Conselho Nacional sobre
87 trecho de vazão reduzida. Nós percebemos que não dava para estar
88 vinculado à resolução de outorga, que tem que ser tratado de uma forma
89 diferenciada, por todos os motivos que você colocou. Não é só o setor
90 hidrelétrico, tem outros setores que, por terem barramento, também possuem
91 trecho de vazão reduzida, e o saneamento é um deles. Então, não é só o
92 setor hidrelétrico que tem trecho de vazão reduzida. Então, no âmbito do
93 Conselho Nacional, a opção foi fazer uma resolução específica para
94 determinar vazão em trecho de vazão reduzida. No âmbito do Estado do Rio,
95 nós estamos discutindo isso agora. O Rio de Janeiro está mudando a portaria
96 de vazão para outorga saindo de Q-7,10 para Q-95, e acabou entrando o
97 assunto também do trecho de vazão reduzida. Nós estamos na discussão lá e
98 também indo para o caminho de que se deve ter uma resolução específica
99 para trecho de vazão reduzida. Porque é específico. Hoje, é tratado como um
100 trecho de rio normal. Pegando o lado da defesa do setor, se tem 50% da Q-
101 7,10 de um trecho de rio normal, eu vou tratar um trecho que já tem o nome
102 de trecho de vazão reduzida com esse mesmo valor, com esse mesmo
103 parâmetro? Só que tem lugar que às vezes precisa se restringir mais e há
104 outros em que nem precisa. A CGH, geralmente, é em locais que não tem
105 praticamente usuários nesse trecho de vazão reduzida, geralmente é lugar de
106 pedra, de difícil acesso. Não estou dizendo de PCH e de UHE.” Conselheiro
107 Antônio Giacomini Ribeiro: “A preocupação não é de usuário.” Maria
108 Aparecida Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Mas usuário é preocupante
109 também.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “A jusante de uma
110 barragem de irrigação, por exemplo, se fala em 50% de Q-7,10 sempre
111 considerando o usuário, mas a vazão reduzida é a vazão ecológica, para
112 manutenção de vida aquática.” Maria Aparecida Borges Pimentel
113 Vargas/Abragel: “A jusante de uma barragem não é o
114 trecho de vazão reduzida.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Você
115 mesmo fez analogia de um barramento com outras finalidades que admite os
116 50%. Eu também sou contra isso, eu acho que tem que ser cada caso um
117 caso. Existe uma variação. Quando se faz outorga de irrigação em um
118 barramento com regularização de vazão, você pode admitir até 50%. Mas,
119 dependendo da quantidade de usuários que tem a jusante, você põe 100%,
120 200% da Q-7,10. Mas, no meu entendimento, tudo bem, você está
121 privilegiando a questão dos usuários e nem sempre...” Maria Aparecida
122 Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Não é privilegiando, é preocupando com o

usuário para ele não interferir naquele trecho mais ainda.”

123 **Encaminhamentos da Câmara.** Presidente Irany Maria de Lourdes Braga:
124 “Eu entendo que, na realidade, você veio aqui para nos situar sobre uma
125 condição que está contrária ao que está na lei, a lei está mais permissiva do
126 que o que está sendo praticado no Estado. Eu queria propor, em cima dessa
127 apresentação, solicitar uma avaliação e, quem sabe já até com a adequação
128 da parte jurídica do IGAM, do pessoal de regularização, para avaliar o que
129 está sendo colocado aqui. Nós estamos falando dessa adequação. E trazer
130 de volta aqui para que possamos conhecer o posicionamento do IGAM, e,
131 então, encaminhar para a CTIG, para a CTIL e, conseqüentemente, para o
132 Conselho. Fariam uma apresentação para esta Câmara, e esta Câmara
133 levaria para a CTIL. Seria discutido na CTIL e, dali, para o CERH. Até para
134 haver uma avaliação e o caminho não ser inverso, isso tem que ir ao IGAM. O
135 que nós estamos propondo é que eles avaliem e tragam a redação que deve
136 ser feita, e isso vai ser apresentado para a CTIL – porque nós não vamos
137 deliberar uma coisa que é de adequação jurídica –, e depois isso vai para o
138 CERH. Então, os encaminhamentos são: daqui nós estaremos encaminhando
139 para o IGAM, para fazer a minuta e as adequações de acordo com a lei
140 federal. E essa adequação, essa avaliação, depois, seria encaminhada à
141 CTIL, que é jurídica, legal, uma câmara de instrumentos legais. Eles
142 avaliariam, e dali vai para o CERH. Ok? De acordo com esse
143 encaminhamento? Quem estiver de acordo que permaneça como está. Ok.
144 Então, fica combinado assim. Agora tem um segundo ponto, que o Giacomini
145 falou, que também tem sua importância, que são os demais itens de revisão
146 geral de trecho de vazão reduzida, de pagamentos pelo setor de CGH e PCH.
147 Que eu também encaminho ao IGAM para que possa fazer uma avaliação
148 dessa questão e trazer para a CTIG uma deliberação nesse sentido ou a
149 proposta de criação de um Grupo de Trabalho para discutir isso. Ok? Quem
150 estiver de acordo também permaneça como está. Estão todos de acordo.” 5)

151 **APRIMORAMENTO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS**
152 **HÍDRICOS. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de**
153 **Gestão (IGAM).** Deyvid Wavel Barreto Rosa/IGAM fez apresentação à
154 Câmara sobre estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso de recursos
155 hídricos com foco na atualização dos preços públicos unitários, em resposta a
156 uma recomendação do Ministério Público. **Debates.** Conselheiro Edson de
157 Oliveira Vieira: “Eu vi esse ponto de pauta, e já me causou um desconforto
158 muito grande. Eu participei do Comitê do Verde Grande, que é uma bacia
159 federal, durante dez anos, desde a criação, e, durante esse processo, nós
160 tivemos um momento de discussão da cobrança. Foi um momento bem tenso
161 no Comitê. Levamos três anos discutindo o modelo, propostas para
162 implementação e, com muito custo e até amadurecimento do processo de
163 gestão. Que eu sempre venho dizendo que está caminhando talvez em uma
164 velocidade menor do que deveria, mas que vai caminhando. E foi
165

166 implementado. Infelizmente, hoje, só está na calha e na porção mineira. Eu
167 estive conversando com a Célia, da Peixe Vivo, e a ideia é de começarmos
168 esse processo junto aqui com o IGAM, com o Conselho, novamente, porque
169 foi iniciado há dois anos e se perdeu e não se sabe o motivo. E me causa
170 estranheza na hora em que vamos falar em termos de valores, porque,
171 quando vemos essa recomendação do Ministério Público, talvez o foco
172 poderia ter sido outro, de estar exatamente naqueles valores que já foram
173 arrecadados e que estão contingenciados. E eu acho estranho. Eu não li a
174 Resolução 192 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas acredito
175 que isso seja de sugestões de cobrança, de atualizações, que pode ou não o
176 Comitê adotar. Porque, se analisarmos tanto a lei estadual quanto a lei
177 federal, está muito claro – no inciso VI do artigo 37 da federal; e na estadual,
178 no inciso VI do artigo 43 – que cabe aos Comitês estabelecer critérios e
179 normas para aprovar valores propostos de cobrança. Então, eu não sei se o
180 que vai ser feito aqui vai ser uma proposta, que vai ser levada aos Comitês, e
181 eles vão adotar ou não. Porque o Comitê pode deliberar até de parar de
182 cobrar. Será que, até com esse contingenciamento que está havendo, pode
183 ser que não haja uma tendência disso? ‘Para que vamos começar a
184 atualizar? Vamos pensar no sentido contrário, talvez de parar a cobrança’. Eu
185 confesso que não gostaria de participar de um grupo técnico desse,
186 simplesmente, porque nós vamos aqui conversar, não sei quanto tempo
187 levaria uma discussão dessa dentro de um grupo técnico, e depois passar
188 para Câmara. E quem seria a pessoa do IGAM que iria levar isso aos
189 Comitês? Eu tenho até pena dessa pessoa, porque, no momento em que os
190 recursos estão contingenciados para um instrumento de gestão supervalioso,
191 e simplesmente está sendo negligenciado, como vamos propor alteração de
192 cobrança? Eu não sei se estamos em rota de colisão com o processo de
193 gestão. É uma coisa muito complicada. Eu confesso que isso me deixa muito
194 desconfortável, principalmente quando se faz uma parametrização com
195 valores de gasolina, de salário. Eu não sei se o pessoal vai entender isso. Eu
196 não sei se caberia até essa recomendação que iríamos fazer à Promotoria, de
197 que o foco deveria ser outro. De repente, pegarem dos valores
198 contingenciados. Aí, a partir do momento em que tivermos as ações sendo
199 implementadas em função da liberação de recursos, aí sim. Mas agora vamos
200 atualizar por quê? Para o Estado arrecadar mais e não repassar? Qual é a luz
201 que nós temos de prazo para esses recursos, efetivamente, entrarem no
202 orçamento dos Comitês? Então, eu acho que é ir em rota de colisão,
203 infelizmente. Esse é meu ponto de vista. E já me coloco fora de qualquer
204 grupo técnico que venha discutir isso.” Conselheiro Antônio Giacomini
205 Ribeiro: “Nós precisamos, primeiro, ver o seguinte. Não é à toa que vieram os
206 promotores regionais que assinam esse documento e tem uma promotora de
207 uma comarca, que é diferente, que não é promotora regional, mas é
208 promotora da Comarca de Araguari. Não é por acaso. Eu sou do Comitê do

209 Araguari, participei do GT que estudou os critérios de cobrança, participei da
210 implantação e depois fui presidente do Comitê por três anos. E senti na pele o
211 seguinte. A Agência foi inoperante por conta de que os 7,5% não davam
212 suporte suficiente para eles terem uma equipe técnica, acumularam em caixa
213 mais de R\$ 30 milhões sem conseguir gastar o dinheiro. E houve uma
214 pressão muito grande da própria Agência em cima do Comitê para atualizar
215 os valores, para que os 7,5% aumentassem. Esse dinheiro foi para a
216 poupança, e a Agência, inclusive, pegava os 7,5% em cima da poupança do
217 dinheiro do Comitê, e isso virou uma coisa inexplicável, uma bola de neve
218 negativa. Não é à toa porque o próprio Ministério Público, tomando as dores
219 do Comitê, começou a mexer nessa questão e, em um determinado
220 momento, houve esse convencimento de que haveria essa necessidade de
221 atualizar, casando com o que veio do Conselho Nacional. O fato é que
222 existem algumas questões mais teóricas e de conceitos que precisam ser
223 esclarecidas aqui. Primeiro, o próprio documento que o Deyvid coloca sobre o
224 que veio da União Europeia, como taxa, no Brasil, não é taxa, é preço
225 público, é algo diferente. O preço público é combinado com o público que
226 paga. 'Nós vamos resolver quanto vamos gastar e depois ver como é o
227 rateio'. Isso é um preço público, não é taxa, então, você não pode submeter
228 um preço público a uma revisão periódica, o que foi, inclusive, banido da
229 nossa economia, pelo menos formalmente falando, que é a tal da correção
230 monetária que o promotor coloca aqui. Se for falar de correção e atualização,
231 é a mesma, é uma questão de semântica só. O segundo ponto é que a
232 cobrança é um instrumento de gestão muito importante, mas o principal
233 motivo dele é educativo, 'a água tem valor porque é um insumo econômico
234 para você'. Agora, é claro, você vai tomar água para sua sobrevivência, isso
235 não é insumo econômico. Água para manutenção dos ambientes aquáticos
236 não é insumo econômico. Agora, para irrigação, para indústria, então, ela tem
237 esse valor. Tendo esse valor, ela precisa ser de uso racional e, de quebra, um
238 dinheirinho para ajudar a administrar o sistema. Mas a obrigação da
239 administração do sistema é do Estado, o usuário já paga imposto para isso.
240 Essa é a grande questão política. A nossa Câmara é técnica, mas o Conselho
241 é político, e nós temos também que pensar por aí. Então, no sentido de
242 aprimorar a cobrança e não de atualizar ou fazer correção, eu vou dar um
243 exemplo. O recurso tem que ser aplicado na bacia para melhoria das
244 condições dos recursos hídricos. Excelente. Agora, tem um usuário que faz
245 tudo isso, tem boas práticas, cerca suas nascentes, faz tudo com mais
246 racionalidade do que esse passeio que o dinheiro faz e vai para o Estado. O
247 Estado não pode pegar, mas pega, porque acaba, no mínimo, aplicando esse
248 dinheiro, quando não contingência, que é o caso que nós estamos vivendo.
249 Vai para a Agência e tal. Isso perde o valor do dinheiro, todo passeio de
250 dinheiro perde valor, todo mundo sabe disso. Agora, eu posso ter uma política
251 de aprimoramento de falar o seguinte. 'Todo aquele usuário que tem boas

252 práticas, que faz aquilo que seria feito com o dinheiro da cobrança, seria
253 isento, porque já está fazendo. Então, aprimorar significa melhorar o
254 desempenho do sistema. Dizia um mineiro famoso que os números não
255 mentem. Você fez uma bela apresentação econométrica e tal, mas eu tenho
256 medo do que as pessoas fazem com os números. Os números não mentem,
257 mas as pessoas usam os números. Não vou falar 'para mentir', porque você
258 não está mentindo, mas o raciocínio está conduzindo para uma coisa meio
259 obscura que, no fim, vai pesar no bolso daquele contribuinte, daquele usuário,
260 que, muitas vezes, já faz tudo que tem que fazer, é licenciado, cuida do
261 patrimônio dele. Porque investimento que qualquer dono de terra faz, que
262 qualquer industrial faz, ambientalmente correto, ele está protegendo o
263 patrimônio dele, o nome. Enfim, é patrimonialista a nossa visão ambiental,
264 infelizmente, até certo ponto. Mas ele está gastando com isso. E, além disso,
265 paga pelo uso da água. Excelente, mas ele não está vendo resultados. E o
266 caso específico de Araguari, ele paga, a Agência não funcionou, e agora no
267 último ano começou a deslanchar um pouco. E, além disso, o dinheiro está
268 contingenciado pelo Estado. No Comitê do Araguari, várias vezes nós
269 precisamos assegurar aos usuários, eles falaram 'nós vamos parar de pagar,
270 porque não estamos vendo resultado'. E é uma prerrogativa do Comitê, como
271 bem disse o Edson. A Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, a nossa
272 CTIG, realmente, tem que encarar os problemas de frente de uma forma
273 proativa. Nós estamos sendo reativos porque é uma coisa que vem nos
274 incomodar, mas é o tipo de coisa que já deveríamos estar discutindo há muito
275 tempo, ter um juízo formado aqui para esse tipo de situação que nós estamos
276 vivendo agora. Então, a minha contribuição é essa. Além da indignação de ter
277 que ouvir esse tipo de coisa, nós precisamos ter em mente a finalidade desse
278 instrumento de gestão e como ele está sendo feito entre nós." Presidente
279 Irany Maria de Lourdes Braga: "Eu achei a sua colocação perfeita, ela veio
280 traduzir, exatamente, o pensamento que eu acho que é de todos nós aqui. Ele
281 não é usuário, é uma pessoa que, inclusive, está aqui de uma forma, até
282 determinado ponto, divergente dos usuários e está falando absolutamente a
283 mesma coisa que nós estamos falando. Giacomini, parabéns. Agora, eu
284 queria te pedir, encarecidamente, porque não é a primeira vez que você fala
285 que esta Câmara precisa ser proativa, trazer temas para discutir. Por favor,
286 mande um e-mail sugerindo esses temas, que vamos colocando aos poucos,
287 que a Câmara vai colocando aos poucos. Eu tenho certeza de que isso vai
288 sendo colocado. E, mais uma vez, obrigada pela sua fala." Conselheiro
289 Odorico Pereira de Araújo: "Primeiramente, parabenizar as palavras do Edson
290 e do Giacomini, que foram pontuais. Eu queria só acrescentar. Nós, como
291 usuários, como representantes de usuários, em momento algum fomos aos
292 Comitês de Bacias e propusemos a aplicação do K zero. E já poderíamos ter
293 feito isso. Mas até então nós acreditamos no sistema, confiamos no sistema.
294 E quando eu vejo vindo de um representante do sistema, quando ele cobra

295 uma ação sem olhar a questão do contingenciamento, ele foi muito infeliz de
296 ter encaminhado da forma que ele fez. Ele poderia ter encaminhado esse e-
297 mail para o IGAM cobrando o contingenciamento do recurso, e ele não fez
298 isso. Ele poderia ter feito um ofício cobrando essa questão do
299 contingenciamento. Isso é muito ruim, ele mostra que não é parceiro nosso,
300 porque estamos todo mundo junto defendendo uma causa, e ele não está
301 fazendo isso. Que contribuição ele está dando para nós? Nenhuma. Poderia
302 ter acrescentado mais.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Parabenizar
303 o Edson e o Giacomini e o Odorico, que complementou o que eu queria falar.
304 Mas é justamente isso. Nós estávamos segurando a implementação de
305 KGestão igual a zero justamente por acreditar no sistema. Porque, se
306 fizemos isso, a Agência já para, já desarma tudo o que tem sido montado a
307 trancos e barrancos ao longo desses anos. Então, justamente isso que vocês
308 falaram. Eu também dou apoio total e, se tiver grupo, eu estou fora.”
309 Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto: “Primeiro, eu gostaria de
310 parabenizar o Deyvid pela apresentação. Pela pesquisa, foi um trabalho
311 econômico bastante interessante. Nós vemos realmente que há defasagem.
312 Nós vemos o Rio das Velhas pegando R\$ 9 milhões, é muito pouco. Mas nem
313 esses R\$ 9 milhões nós somos capazes de aplicar. Então, vai subir para quê,
314 se não está aplicando o que tem hoje? Fica um contrassenso. Eu entendo a
315 recomendação do Ministério Público pelo seguinte. A resposta que eu penso
316 que o IGAM tem que dar é ‘ok, Ministério Público, vimos sua recomendação,
317 mas estamos estudando uma forma não de atualizar, mas de aprimorar o
318 sistema de pagamento das bacias. Atualizar por si só não vai adiantar nada, e
319 o dinheiro vai ficar parado lá, sem nenhum sentido. O meu imposto de renda
320 tem dez anos que não é atualizado, o meu imóvel tem 15 anos que não é
321 atualizado. E todo ano eu estou pagando. Então, é difícil esse tipo de
322 situação. Entendo, é pouco, mas o pouco que nós temos não é utilizado. Se
323 fossem utilizados esses R\$ 9 milhões... Mas está faltando dinheiro para
324 projetos, para cercar nascentes, revitalizar bacias.” Conselheiro João Clímaco
325 Soares de Mendonça Filho: “Essa pauta é muito recorrente, porque é um
326 assunto que nós estamos enfrentando em vários lugares do Brasil. Eu acho
327 muito delicado esse tema porque, se toma um rumo, pode viabilizar
328 processos que estão mais atrasados e que tendem a construir também e
329 chegar ao nível em que chegamos. Mas se também tomamos uma atitude e
330 anulamos tudo o que fizemos, isso atrapalha toda uma lógica de um sistema
331 que foi idealizado de maneira muito positiva. Eu penso que é a política, no
332 sentido perverso, a politicagem que está fazendo essa determinação do
333 conceito e do que pretendíamos fazer com os instrumentos. Sendo assim, eu
334 digo que nós estamos vendo é a falência de um Estado que tem medo da
335 sociedade. Nós estamos em uma conjuntura de um Estado que está
336 desagregando um processo democrático. E nessas pequenas coisas,
337 sobretudo em outras políticas públicas, é visível. Nós fazemos parte também

338 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de vários conselhos estaduais,
339 sobretudo, também no Nordeste. É bem nítido que as elites políticas não
340 aceitam a lógica da compartimentação dos poderes de decisão. Agora, fica o
341 falseamento em que o discurso e as narrativas competem um com o outro. Eu
342 penso que não deveríamos ser tão radicais a ponto de fazer o jogo do
343 bandido. Aí, infelizmente, eu estou sendo obrigado a dizer que o Estado está
344 tendo um comportamento. Quando eu falo Estado é o ente Estado, com todas
345 as suas estruturas, das quais também nós participamos. Mas eu não estou
346 falando do sistema de gestão de recursos hídricos, eu estou falando dessas
347 estruturas estatais que estão dentro do sistema de gestão de recursos
348 hídricos falseando toda a realidade. Aí, eu estou plenamente de acordo com o
349 nosso colega Giacomini, que nos deu a honra de ter sido usuário, mas nos
350 representa lá no Comitê. Ele já circula bem na nossa caminhada, tem uma
351 experiência que diz, claramente, que tem uma coisa injusta, que é injusta
352 para todo mundo, não só para o usuário. Isso é uma política pública. Aí,
353 nesse sentido, às vezes, eu me coloco no lugar do usuário e acho uma
354 sacanagem o que o governo está fazendo, enganando todo mundo e fazendo
355 um sistema se desagregar. Agora, eu não concordo que tenhamos que ser
356 radicais a ponto de anular tudo que nós mesmos fizemos. Nós temos que ter
357 uma saída, como se fosse um jogo de gato e rato, porque esses governos
358 passam, mas os conceitos, as boas ideias e a esperança sempre vão viver.
359 Eu, se estivesse no lugar dos usuários, em uma situação limite, não proporia
360 o K zero. Inclusive, aquelas coisas que você falou nós impusemos no
361 Paranaíba, os incentivos todos para o empresário que tem práticas
362 saudáveis. No Paranaíba, nós fizemos essas variáveis na implantação da
363 cobrança. Eu faria o seguinte: depositaria em juízo. Não pagava e deixava ver
364 o que ia dar. Porque aí nem o governo usa para fazer essas maluquices e
365 teria que o próprio Ministério Público ser agente positivo da retirada do
366 dinheiro da Justiça. Já que vivemos sob uma ditadura meio falsa de um
367 Judiciário, que não é unanimidade, que também é corrupto. Basta ver o filme
368 todo dia no STF e você vê que não tem seriedade nisso. Então, eu penso que
369 a minha fala foi contemplada pela fala do Giacomini. Eu não acho que temos
370 que ser radicais de jogar a água fora com a gente dentro, mas encontrar
371 táticas. Eu penso que, se estivesse no lugar do usuário, depositaria em juízo
372 e deixava uma parte para a Agência quebrando a cabeça.” Conselheiro
373 Odorico Pereira de Araújo: “Nós, usuários, estamos nos reunindo com as três
374 principais Agências de Bacias do Estado para adotar alguma medida. Nós já
375 temos um movimento que começou a circular hoje e vai circular forte agora na
376 semana que vem no Fórum Mineiro. A ação pelas águas, não a retenção do
377 dinheiro dos rios de Minas. Esse movimento começa a crescer, mas um dos
378 objetivos é esse, é a judicialização da cobrança com depósito em juízo. Já
379 estamos formalizando isso, tem um advogado estudando isso. O advogado
380 do Ibio já está formalizando essa questão jurídica junto com o promotor de

381 Justiça que cuida da área do rio Doce. Eles vão ter uma reunião na semana
382 que vem para tratar desse assunto. Quando se fala em judicializar, é uma
383 coisa muito pesada, uma coisa que tem desgaste, e nós não queríamos
384 chegar a esse ponto de judicializar, porque é um negócio muito complexo.
385 Mas se acharmos dentro do movimento que vamos judicializar, vamos sim
386 judicializar. Então, é o que estamos discutindo lá. Não que queiramos criar
387 uma situação de desconforto entre o órgão gestor e os usuários, nós
388 queremos construir uma agenda positiva.” Conselheiro Rander Abrão Tostes:
389 “Eu só posso corroborar com todos que falaram aqui. Nós ficamos muito
390 surpresos sobre o que ia ser apresentado, e eu te falo que estou perplexo,
391 quase indignado. Porque, como o Odorico adiantou, nós já vimos discutindo o
392 que podemos fazer, porque o usuário não é contra pagar nem aumentar. O
393 problema é que eu acho que essa conversa que você trouxe deveria estar
394 associada com alguma coisa do retorno do recurso. Nós estamos indignados,
395 e eu gostaria de ver como vocês vão levar isso para alguns Comitês e mostrar
396 uma proposta dessa. É quase uma afronta levar isso a alguns Comitês. Isso
397 que estamos recebendo, para não falar outra coisa, é feio, é uma maldade de
398 o recurso não estar retornando. Nós recebemos um e-mail, ontem, do Ibio –
399 eu represento a Cemig em alguns Comitês do Doce –, e três funcionários
400 estão sendo demitidos. Aos poucos, a Agência vai acabar no caminhar das
401 coisas. E levar esse assunto é um absurdo, para não falar outra coisa. É um
402 absurdo vir com essa proposta, no contexto atual que estamos vivendo na
403 cobrança, trazer essa discussão para a pauta, para a mesa de discussão. Eu,
404 sinceramente, estou perplexo com essa proposta.” Conselheiro Elbert
405 Figueira Araújo Santos: “Eu acho que, apesar de tudo, como chegou essa
406 demanda é que foi um pouco esquisito, porque veio uma recomendação sob
407 pena de ajuizamento de ações no prazo máximo de dez dias e tal. Mas aqui
408 foi dado um prazo para justificativa, caso não fosse aceita a recomendação.
409 Foi uma demanda dirigida para a Marília, que já deve ter te pedido uma
410 dilação de prazo para discutir isso aqui. Já responderam?” Danilo Cezar
411 Torres Chaves/IGAM: “Nós já respondemos ao Ministério Público que iríamos
412 trazer essa discussão ao Conselho Estadual, como estamos fazendo hoje.
413 Essa foi a resposta que nós demos.” Conselheiro Elbert Figueira Araújo
414 Santos: “De toda forma, eu acho que vale a pena – se for a opinião do
415 Conselho – talvez fazer uma moção ao Ministério Público comungando todas
416 essas informações, essa discussão aqui, porque isso está demonstrando uma
417 visão pelo menos não holística da coisa, de como ela acontece. Então, eu
418 sugiro uma moção ao MP, se for aprovada aqui, para argumentar essa
419 justificativa, essa questão.” Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM: “Primeiro,
420 Rander, esclarecer que isso não é uma proposta. Inclusive, está na pauta
421 como apresentação, não tem nada deliberativo, e o intuito foi atender ao que
422 o Ministério Público determinou, que abrissemos a discussão. Então, só
423 esclarecer que este Conselho tem essa prerrogativa de discutir, nesta

424 Câmara Técnica. E eu quero esclarecer também, Giacomini, que nós não
425 estamos querendo tomar a prerrogativa dos Comitês. Este Conselho tem
426 prerrogativa de definir diretrizes, assim como o Conselho Nacional de
427 Recursos Hídricos fez. E a nossa intenção foi trazer para discussão aqui,
428 nessa perspectiva que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos fez. Então,
429 a proposta que nós fizemos foi de abrir a discussão sobre outras questões de
430 aperfeiçoamento da cobrança, como o Deyvid enumerou no final, tipo valor
431 mínimo, a questão da complexidade das fórmulas etc. Que eu acho que são
432 fatores que também temos que nos debruçar sobre eles. Nós começamos
433 com a discussão da recomposição do valor do PPU porque fomos provocados
434 pelo Ministério Público. E uma outra coisa, Giacomini, eu fiquei um pouco
435 chateado, na nossa apresentação não tem nada obscuro. Essa fala que você
436 fez, eu fiquei um pouco ofendido, porque nós estamos tratando com a maior
437 transparência possível, nós estamos trazendo aqui com toda a lisura e toda a
438 seriedade com que tem que trazer. Então, não tem nada obscuro aqui. Eu
439 gostaria de parabenizar, Odorico, a postura dos usuários, eu acho que temos
440 que ter muita maturidade e analisar muito as consequências das atitudes. Eu
441 gosto muito de um ditado que é assim: não dá para jogar fora o menino com a
442 água do banho e com a bacia. Então, nós temos que ter muita parcimônia
443 nessas questões. Eu acho que a Fiemg e a Faemg, como representantes de
444 muitos usuários no Estado, têm tido essa seriedade, essa parcimônia. Eu
445 acho que é isso mesmo, nós temos que ter cuidado com o sistema. Nós
446 sabíamos que era polêmica essa pauta aqui hoje, então, também não
447 quisemos colocar os outros assuntos enumerados ali pelo Deyvid, até para
448 não levar a polêmica a um extremo maior. E nós queremos construir essa
449 pauta com o Conselho, não só do valor do PPU, mas dos outros
450 instrumentos, das outras questões que precisam ser discutidas e
451 aprimoradas. E eu acho que este Conselho, esta Câmara, tem condição de
452 propor alguma resposta ou algum movimento que possamos dar ao Ministério
453 Público.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Danilo, em momento algum
454 eu falei da intenção obscura do IGAM. Quando eu falei Estado, para mim
455 quem está contingenciando é a Secretaria da Fazenda, e é lá que eu também
456 sei que a Marília e você têm grandes brigas e o empenho que eu acompanho
457 junto ao Fórum e à coordenação do Fórum para liberar o recurso. Agora, essa
458 situação está levando a um caminho obscuro. Agora, tem alguma proposta
459 embutida para discutirmos. Eu acho que não podemos partir do zero também.
460 Mas isso é outra história.” Deyvid Wavel Barreto Rosa/IGAM: “O Danilo já deu
461 a resposta. O conteúdo dele é o conteúdo que eu diria. Mas só alguns pontos
462 específicos. Eu até evitei de colocar a palavra ‘proposta’ ali, porque só
463 trouxemos o tema. Nós estamos cumprindo a nossa função aqui, que é trazer
464 a discussão. E de novo eu queria reforçar, várias pessoas já falaram, mas a
465 recomendação era ao Conselho Estadual. Nós só respondemos porque eles
466 deram um prazo de dez dias, e, se não me engano, nem foi respondido. Mas

467 temos que confirmar. Eu escrevi, mas não foi enviado. Porque a uma
468 recomendação a resposta pode ser qualquer uma, como vocês bem
469 colocaram aqui. Todo o início da apresentação foi só para situar, eu não
470 parametrizei nada aqui com reajuste de salário mínimo e combustível, só foi
471 uma ilustração. A minha intenção, como gerente de Instrumentos Econômicos
472 de Gestão, era sair daqui com um Grupo de Trabalho para aprimoramento de
473 cobrança, não é para discutir esse assunto específico. Porque nós temos
474 demandas que hoje trazem insustentabilidade para o sistema, e nós
475 queríamos discutir isso. Eu tenho certeza de que a contribuição de todos aqui
476 seria imensa. Seria muito infeliz voltar para o IGAM sem um Grupo de
477 Trabalho. Nós estamos querendo provocar é discussão, o dinheiro, inclusive,
478 nem vai para a GCON, porque nós temos hoje três técnicos e não estamos
479 dando conta de fazer o serviço. Como o Danilo disse, tem outros assuntos.
480 Este é o assunto mais polêmico, sem dúvida nenhuma, e tem outros
481 assuntos.” pela sua fala.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Só
482 completando, eu acho que, da forma que foi apresentado, como seria uma
483 apresentação, ela foi muito evasiva e nos pegou de uma forma que eu não
484 esperava que fosse dessa forma e da forma que ela foi posta. Vocês
485 trabalharam em cima de atualização de preço. Somente isso, não
486 apresentaram nada de mecanismo. Quais são os mecanismos novos? O
487 Giacomini foi muito feliz quando colocou a questão do repasse para os 7,5%,
488 porque não podemos vincular aumento de IPTU para aumentar o repasse dos
489 7,5% para dar sustentabilidade. Isso não funciona, nós já fizemos essa conta
490 por várias vezes. Isso não funciona. O Estado tem que entender que o Comitê
491 de Bacia é um ente de Estado e tem que dar suporte para ele. E não dá. Nem
492 se aumentar para 15%, 20%, não vai resolver o problema, não resolve. E isso
493 não está posto aqui. Quando começamos a discutir, temos que discutir a
494 coisa mais a fundo, ver quais os problemas. O mais sério é o
495 contingenciamento, e nós temos que arrumar um mecanismo para que o
496 Estado não contingencie o recurso. Nós não vimos essa proposta aqui. Se
497 viesse essa proposta, a coisa começava a ter uma discussão mais saudável.
498 Mas da forma que está posta não compensa nem discutir, é devolver, só
499 isso.” Conselheiro Rander Abrão Tostes: “Começa a ficar mais claro para
500 mim. Nós também recebemos umas demandas na Cemig, do Ministério
501 Público, e eles poderiam estar aqui para discutir junto. Mas estão no
502 Conselho e não estão na Câmara. Enfim, é isso que você falou que tem que
503 responder. Então, quem sabe aqui na Câmara possamos fazer do limão uma
504 limonada. Formar esse GT, discutir e tentar encaixar alguma coisa que iniba
505 até o contingenciamento. Quem sabe não é o momento oportuno até para
506 voltar a essa discussão e aproveitamos e tentamos pensar uma forma de
507 colocar um meio de evitar que os próximos recursos sejam contingenciados.”
508 Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM: “Nós construímos essa apresentação ao
509 longo da semana, e foi um pouco polêmico entre nós se traríamos os demais

510 assuntos, como eu já cite aqui, por exemplo, a complexidade das fórmulas,
511 essa questão do valor mínimo. Só para vocês terem uma ideia, o Deyvid fez
512 um estudo, se passarmos a cobrar um valor mínimo de R\$ 500, nós vamos
513 reduzir em 0,14% a arrecadação do Estado em relação à cobrança pelo uso
514 da água. Dos Comitês. Mas conseguiríamos reduzir em 50% a emissão de
515 boletos. A nossa equipe lá da gerência, como o Deyvid falou, tem três
516 técnicos. Se conseguirmos reduzir em 50% o trabalho de emissão de boleto
517 reduzindo 0,14%. Olha a polêmica. Todos esses assuntos nós queremos
518 trazer para debater com vocês, mas se colocarmos tudo na mesa ao mesmo
519 tempo não vamos sair daqui. Por isso que não trouxemos esses outros
520 assuntos. Foi uma difícil decisão mesmo entre nós, optamos por trazer só a
521 questão do PPU, porque achamos que todos têm uma polêmica e temos que
522 respeitar as polêmicas, temos que exauri-las. Então, eu acho que temos que
523 ter parcimônia nesse debate.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “O
524 Odorico falou que não concorda, e eu também não, nesse sentido. Se é um
525 processo educativo, ele tem que abranger a todos. Agora, o que nós vamos
526 substituir? Não vai cobrar, mas como vai participar desse processo
527 educativo? Tem que ter alternativa, usou tem que pagar. Não interessa a
528 magnitude. Mas como processo educativo.” Presidente Irany Maria de
529 Lourdes Braga: “Na última reunião do CERH, a representante da Peixe Vivo,
530 a Célia, fez uma apresentação e falou do contingenciamento. Eu me lembro
531 de que peguei no microfone e falei ‘ninguém aqui está a favor da retenção
532 dessa ver. O que nós podemos fazer?’ E aí nessa hora eu faço das palavras
533 do Rander as minhas palavras, que nós podemos transformar esse limão que
534 apareceu na mão do IGAM, através do Ministério Público, em uma linda
535 limonada, refrescante, com quem pode ajudar a transformar essa situação,
536 porque ninguém está satisfeita com ela. Então, nós vimos aqui três propostas,
537 e uma delas não foi nem colocada, e eu queria colocar aqui. Antes de falar as
538 três, eu vou falar de uma das, ou ela também pode estar junto. Chamar o
539 Ministério Público aqui. Eu acho que ele não está entendendo o que está
540 acontecendo. Então, vamos mostrar para eles, porque eu fiquei sabendo que
541 lá no Rio de Janeiro já fizeram um TAC com o Estado para devolver o
542 dinheiro que está contingenciado. Então, uma forma seria convidá-los para vir
543 aqui, mas também tem outras duas propostas. Criar esse GT, e, dentro desse
544 procedimento, fazer alguma coisa, algum instrumento, que evite o
545 contingenciamento. Eu não sei se isso cabe em uma deliberação. A terceira
546 seria a moção que o Elbert colocou. Então, nós temos aqui três propostas.
547 Seria a criação do GT. Segundo: convidar o Ministério Público para vir aqui.
548 Mesmo assim, respondendo a esse questionamento. E a terceira é a moção.”
549 Conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos: “A moção foi uma proposta para
550 informação ao Ministério Público. Eu acho que, se os chamássemos aqui, já
551 responderia e já perderia a finalidade. Talvez até eu tenha me expressado
552 mal no termo ‘moção’, mas eu acho que é uma resposta, uma informação ao

553 MP a respeito da situação.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Eu acho
554 que dá para conjugar, na verdade, os três. Até a ideia que se tinha pensado,
555 inicialmente, de moção, porque a moção você vai dirigir ao poder público – no
556 caso, mandaria para o Ministério Público – em caráter de alerta ou
557 reivindicação. Aí seria, no caso, uma reivindicação ao Ministério Público
558 tendo em vista o ofício que foi encaminhado, esclarecendo que, por causa
559 desse ofício, a Câmara foi acionada, houve uma discussão que chegou à
560 conclusão – vamos supor – de constituição de um Grupo de Trabalho para
561 tratar sobre a questão de cobrança. Então, na verdade, estariam
562 respondendo. ‘Com base nesse ofício, nessa instigação, esse tema tem que
563 ser discutido globalmente relacionado à cobrança, então, o Conselho decidiu
564 que isso vai ser tratado dentro de um Grupo de Trabalho. Aí vocês podem
565 falar ‘gostaríamos de solicitar como convidado, para o GT ou para discussões
566 posteriores, o próprio Ministério Público. Então, pode fazer tudo em uma coisa
567 só.’” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Essa resposta que você está
568 colocando, como foi direcionado para a Marília, não deveria...?” Letícia
569 Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “A recomendação, no final, que é um
570 documento de umas quatro ou cinco páginas, está assim: ‘Recomenda ao
571 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, através da Presidência’. Então, eles
572 mencionam a Presidência, que é o secretário ou, no caso, a diretoria do
573 IGAM. Então, na verdade, essa recomendação diz respeito ao Conselho,
574 como o Deyvid e o Danilo já mencionaram. Mas, obviamente, no caso, a
575 Marília se manifestou que essa comunicação seria encaminhada para o
576 Conselho. Então, o Conselho pode responder, não necessariamente precisa
577 ser uma moção. O Elbert falou na moção, pelo que eu entendi, justamente por
578 esse caráter de reivindicação ou de comunicação com outro órgão, no caso,
579 do Poder judiciário.” **Encaminhamentos da Câmara**. Presidente Irany Maria
580 de Lourdes Braga: “O que nós estamos propondo, primeira coisa, é que se
581 crie um Grupo de Trabalho para discutir o aprimoramento do mecanismo de
582 cobrança. Quem for a favor dessa sugestão permaneça como está. A criação
583 de um Grupo de Trabalho para aprimoramento do instrumento de cobrança.
584 Esse é um item, e vai fazer parte da resposta. A primeira coisa é falar: nós
585 estamos de acordo em criar um Grupo de Trabalho? Quem estiver de acordo
586 permaneça como está. Então, todo mundo de acordo em criar um Grupo de
587 Trabalho. Agora, a segunda coisa é a elaboração da resposta. Nós estamos
588 com várias ideias de como essa resposta tem que ser elaborada. Vocês vão
589 elaborar? Nós falamos a ideia, e vocês passam. Nós estamos com várias
590 ideias que devem compor a resposta. A primeira é informar que está sendo
591 criado um GT, que a Câmara Técnica está propondo a criação de um GT para
592 aprimorar os instrumentos de cobrança. A segunda seria, dentro desse ofício,
593 convidar para que eles venham até a Câmara Técnica para discutir. O que
594 nós vamos fazer é levar esse comunicado para o Conselho. Eu vou nomear
595 uma pessoa para apresentar no Conselho. Nós estamos falando da criação

596 do GT e da resposta ao Ministério Público. A resposta ao Ministério Público
597 também nós vamos submeter ao Conselho. E a resposta ao Ministério Público
598 passa por informar que nós estamos criando um GT. Lá na reunião a gente
599 falaria que, em resposta – aproveitando até que o Ministério Público está aqui
600 –, sugerimos uma vinda deles ao Conselho ou ao Grupo de Trabalho, para
601 participar, inclusive, do Grupo de Trabalho, para que possa ser debatido o
602 tema. É o nosso posicionamento, que eu acabei de falar aqui agora, que vai
603 ser levado ao Conselho. A documentação vai junto. Odorico, eu estava
604 querendo eleger você para fazer essa apresentação no Conselho Estadual.
605 Vai ter que dizer que nós concluímos por sugerir a criação de um Grupo de
606 Trabalho e, segundo, convidar para que o Ministério Público participe,
607 necessariamente, desse Grupo de Trabalho. E no dia da reunião nós
608 colocamos todas essas questões. E aí você vai colocar o que foi debatido
609 aqui dentro.” Letícia Ribeiro Pacheco Lages/IGAM: “Fazer a contextualização
610 do que aconteceu aqui. ‘Tendo em vista a recomendação ‘x’, a diretoria do
611 IGAM fez essa apresentação, trouxe o tema para discussão. Os conselheiros
612 discutiram, viram que o ponto é mais complexo, que envolve outras questões
613 e resolveram que o aprimoramento abarca não só a questão da atualização
614 de valores, mas o aprimoramento no que diz respeito à cobrança. Então, foi
615 concluído que o interessante seria formar um Grupo de Trabalho, que esse
616 grupo seja proposto no Plenário, justamente, até para que o representante do
617 Ministério Público faça parte’. Agora, eu sugiro que, se por acaso, no
618 Plenário, não ficar decidido que o Grupo de Trabalho seja só da CTIG, nada
619 impede, posteriormente, de se solicitar a participação do Ministério Público.”
620 Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça Filho: “Eu estou preocupado
621 porque a questão colocada diz respeito a uma determinação legal. Há uma
622 diretriz macro, de um ente macro. Eu participei desse processo em nível
623 nacional, e tem vários olhares para esse tipo de problema. Existem situações
624 onde não há intenção de pagar, há intenção de escamotear, há intenção de
625 enfraquecer o instrumento da cobrança, e não existe um padrão de
626 comportamento que se possa atribuir uma solução escapando por outro tipo
627 de assunto. Por isso que eu estou querendo deixar claro o nosso
628 posicionamento aqui. Nós estamos participando agora, na semana que vem,
629 no Comitê do Paranaíba, para discutir essa mesma situação da resolução do
630 Conselho Nacional, e isso está acontecendo no país inteiro. Para chegar a
631 essa decisão do Conselho Nacional, houve pressões e discussões imensas, e
632 foi muito diretivo o papel da ANA para que esse negócio da correção se
633 estabelecesse. Na verdade, isso é um legado da ANA. Sob o ponto de vista
634 de mérito, eu não tenho nada contra esse aumento, o nosso segmento
635 sempre se posicionou, tanto é que nós votamos a favor desse aumento,
636 desse valor de PPU. Então, nós temos um olhar que, sob o ponto de vista
637 moral e legal, se combina, o que justificou a nossa posição. E vai ser essa a
638 nossa posição. Eu acho, sob o ponto de vista tático de um segmento usuário,

639 que paga, ele tem todo o direito de colocar óbices em função de um outro
640 problema que não está resolvido, que é uma questão de princípio geral
641 também do instrumento. Então, eu estou só falando isso para dizer que nós
642 teríamos que ter uma solução para resolver o problema legal, a diretriz
643 nacional, porque o problema colocado de compulsório, de tomar o dinheiro do
644 pessoal todo, já é muito mais antigo do que o problema da correção. Então,
645 pode ser que no ministério, tanto em nível nacional, haja reações que vão
646 levar por esse caminho. Nós estamos tratando da questão legal, que também
647 é moral. Vocês têm também uma questão legal para ser discutida e uma
648 imoralidade, que é esse papel do Estado. Quando eu falo Estado, eu não
649 estou falando do companheiro do IGAM, eu estou falando é do ente Estado
650 que tem uma classe de agentes públicos comprometidos com o sistema, mas
651 tem uma elite política mesquinha – e eu digo de todos os partidos –, que não
652 tem capacidade de enxergar a altivez de uma política pública que colocou
653 como princípio de sua existência a própria democracia operacionalizada, que
654 divide o poder de decisão. Eu estou querendo dizer para vocês que o nosso
655 posicionamento é de que haja um PPU, uma correção, e essas variáveis
656 todas, que são problemas mais antigos que não foram resolvidos até hoje, eu
657 imagino – porque o olhar daqui é um, de outro lugar é outro – que não vai ser
658 resolvidas com a gente deixando de atender isso aí. Vai ter uma hora que vai
659 ter que atender, porque é um princípio legal a diretriz estabelecida. Mas eu
660 dou total apoio às variáveis que criam condicionantes para resolver o
661 problema do compulsório. Então, eu estou me colocando no lugar do
662 Ministério Público, de alguns, porque também não existe Ministério Público
663 tudo igual. Pode ser que isso seja um olhar que não estamos tendo, e está
664 colocando um pressuposto de um segmento e que, no nosso modo de ver,
665 tem toda a razão, como determinante para responder isso. Eu acho que nós
666 podemos estar incorrendo em uma desobediência legal. Não chega a ser o
667 nome desobediência, porque existe uma descentralização que permite até
668 que o Comitê tenha certa autonomia para decidir isso. Mas não dá para ver
669 essa coisa assim do jeito que foi construído o entendimento aqui nesta
670 reunião. Eu respeito demais o posicionamento dos usuários, têm toda razão
671 do que estão colocando, mas a diretriz legal está sendo obedecida em alguns
672 lugares, vai ser obedecida em muitos Comitês. Até porque foram alguns
673 Comitês de Bacias, que se acham mais evoluídos, talvez, que pressionaram
674 também para ter isso aí. Então, eu peço que o nosso posicionamento seja
675 muito claro, porque, à luz dos nossos eleitores – porque somos eleitos para
676 estarmos aqui –, há uma polêmica. ‘Mas você está a favor do usuário, está a
677 favor disso, daquilo?’” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Está bem-
678 entendido, e nós vamos ter oportunidade, no Conselho Estadual, na hora em
679 que formos explicar, de estar com o Ministério Público sentado ali, e vamos
680 ter a oportunidade de colocar para ele, diretamente, o que foi discutido aqui,
681 inclusive, o seu posicionamento, porque você também tem cadeira lá no

682 CERH.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Sobre o GT, eu me disponho
683 a participar. Só que eu queria passar para você uma procuração pública
684 verbal, que provavelmente eu não estarei nesta próxima reunião do Conselho,
685 porque vou viajar e volto dia 20 de junho. Então, pode colocar meu nome lá.”
686 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Está ótimo, está registrado isso
687 também. Se por um acaso eu não estiver nessa reunião, o Odorico fala para
688 nós.” **6) INFORME ACERCA DO RETORNO DA BAIXA EM DILIGÊNCIA**
689 **DOS RECURSOS DE INDEFERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA**
690 **DOS PROCESSOS Nº 1209/2009, 1210/2009,1211/2009, 7702/2008,**
691 **7703/2008, 7704/2008, 7705/2008, DELIBERADOS NA 58ª REUNIÃO DA**
692 **CTIG, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017. Apresentação:**
693 **Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de**
694 **recursos hídricos (DGAS) do IGAM. Danilo Cezar Torres Chaves/IGAM: “A**
695 **empresa manifestou, formalmente, e eu acho que todo mundo teve acesso**
696 **aos ofícios. Ela desistiu desses processos. Então, no nosso ponto de vista,**
697 **perdeu o objeto, arquiva.” 7) ASSUNTOS GERAIS. Não houve**
698 **manifestações. 8) ENCERRAMENTO. Não havendo outros assuntos a serem**
699 **tratados, a presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou encerrada a**
700 **sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

701

702

703

704

705

706

707

708

APROVAÇÃO DA ATA

Irany Maria de Lourdes Braga
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão